



Na Mídia

27/08/2020 | [Valor Econômico](#)

Leilão no Porto de Santos atrai produtores de celulose

Licitação de dois terminais foi alvo de questionamento da Suzano, mas segue previsto para sexta-feira

Taís Hirata

Mudança de carga

Porto de Santos faz leilão de 2 terminais de celulose



Terminais de celulose	Área	Investimento previsto
STS 14	44.550 m ²	R\$ 192,9 milhões
STS 14A	45.177 m ²	R\$ 186,8 milhões

Fonte: Antaq, PPI.

O leilão de dois terminais de celulose no Porto de Santos, marcado ocorrer amanhã na B3, deverá ser disputado por produtores do setor, como a Eldorado Brasil e a Bracell, do grupo asiático RGE, segundo analistas ouvidos pela reportagem.

Os novos contratos de arrendamento, de 25 anos, deverão gerar, juntos, em torno de R\$ 400 milhões de investimentos. As áreas, localizadas na região do Macuco, na margem direita do porto, costumavam abrigar o terminal de contêineres do grupo Libra, que encerrou sua operação em Santos. Agora, o local será adaptado para a movimentação de celulose, com a instalação de ramais ferroviários internos, a construção de armazéns e a aquisição de equipamentos de carga.

O critério de seleção do vencedor será pelo maior valor de outorga, que será paga à autoridade portuária, a Santos Port Authority. O montante mínimo definido pelo edital é simbólico, de R\$ 1.

A Suzano, que já tem uma operação significativa no porto, seria outra potencial interessada nas áreas, segundo analistas. Porém, sua participação será barrada por uma regra do edital, que buscou evitar a concentração do mercado de celulose em Santos.

Pela norma, cada grupo econômico poderá controlar, no máximo, 40% da capacidade de movimentação e armazenagem de celulose no complexo portuário de Santos. Hoje, a Suzano já possui uma operação junto ao terminal privado da DP World, com previsão de movimentar 3,3 milhões de toneladas de celulose. Além disso, o grupo tem outro armazém, com capacidade para 1,8 milhão de toneladas de celulose. Caso a empresa conquistasse mais um terminal, sua participação poderia chegar aos 70%.

A regra também deverá impedir que uma mesma companhia conquiste os dois terminais, já que cada um deles deverá responder por uma fatia de 23,14% do mercado no porto. A regra só não teria efeito caso não houvesse outros interessados na disputa, o que não se confirmou.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) divulgou que cada um dos terminais recebeu mais de uma proposta. As ofertas foram entregues pelos interessados na segunda-feira, na sede da bolsa onde ocorre o certame, em São Paulo.

A restrição prevista no edital desagradou a Suzano, que tentou barrar a realização dos leilões. A empresa alega que a regra restringiu a concorrência de grupos que já detêm operação significativa em Santos. No entanto, até o momento, os questionamentos da empresa não tiveram sucesso. Procurada, a empresa não se manifestou sobre o leilão.

O ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, defendeu essa limitação em uma “live” realizada ontem. Para ele, é pequeno o risco de ações na Justiça atrapalharem o leilão. “A estruturação foi baseada na defesa de concorrência. O TCU corroborou nossa opinião, a primeira ação no Judiciário também foi julgada improcedente e tivemos o cuidado de fazer uma consulta ao Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica]. Então estamos muito tranquilos”, disse.

Com isso, a expectativa é que os vencedores sejam outros produtores do setor. Entre os potenciais candidatos apontados pelo mercado estão a Eldorado Brasil e a Bracell, que está investindo R\$ 8 bilhões em um projeto no interior paulista. Procuradas, as empresas não quiseram comentar.

“O porto de Santos está perto de locais de produção e tem boa estrutura de acesso logístico. Além disso, com a expectativa de desenvolvimento da cabotagem, há um potencial de escoamento não só para o exterior, mas para outras regiões do país pela via marítima”, diz José Augusto Dias Castro, sócio do Tozzini Freire.

A expectativa também é positiva para Bruno Aurélio, sócio do Demarest. “Pela característica dos terminais, é um leilão bastante voltado aos produtores, que devem participar”, diz. Em relação a uma possível judicialização, o advogado pontua que esse tipo de questionamento é comum em leilões de infraestrutura e que o governo já está habituado a lidar com esses riscos.

A Suzano informa que está participando das licitações, mas não comenta processos em andamento.

